

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 107 Rio de Janeiro, de 22 a 28 de novembro de 2005

## Reforço no caixa para resgatar vidas



*No Instituto Padre Severino, adolescente interno é observado por agente do Degase: ressocialização terá mais verbas*

**A**pós visitar, pela primeira vez, a carceragem da Polinter no Centro do Rio, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Geraldo Moreira (PMN), definiu: “É uma fábrica de monstros”. A afirmação foi motivada principalmente pela superlotação da unidade, então com mais de 1.600 presos. O deputado visitou, ainda, unidades do Degase e do sistema prisional do estado, e constatou instalações precárias e falta de recursos. Assim como ele, outros deputados também buscaram conhecer a realidade do sistema penal do Rio de Janeiro: realizaram audiências públicas, ouviram secretários de estado e a sociedade civil,

em busca de soluções.

O caminho, porém, ainda passará por muita discussão: parlamentares da Assembleia Legislativa pretendem apresentar emendas ao Orçamento de 2006 destinando mais de R\$ 500 milhões para o setor. Entre a construção de novas unidades de detenção, medidas para a valorização dos servidores e programas de atenção à saúde e aos pais dos jovens em conflito com a lei atendidos pelo estado, as modificações buscam garantir dignidade e cidadania a todos os envolvidos no sistema – de agentes penitenciários a detentos.

PÁGINAS 4 e 5

*Pedro Fernandes conta 40 anos de política em biografia*

PÁGINA 2

*Alerj aproxima Defensoria Pública do cidadão*

PÁGINA 3

*Comissão discute projeto que muda tratamento de esgoto*

PÁGINA 7

# Vida política imortalizada em livro

DECANO DA CASA, O DEPUTADO PEDRO FERNANDES LANÇA BIOGRAFIA QUE RETRATA SEUS 40 ANOS DE MANDATO

GEIZA ROCHA

Deputados de todos os partidos políticos se reuniram no saguão do Palácio Tiradentes e no expediente inicial do dia 16, para homenagear o deputado Pedro Fernandes (PFL), pelo lançamento de sua biografia. Sétimo volume da coleção *Conversando sobre Política*, o livro apresenta uma análise da trajetória política do deputado, que detém o maior número de mandatos da história republicana brasileira. Pedro Fernandes, que cumpre o décimo mandato, só pôde estar presente na primeira parte da homenagem, quando distribuiu autógrafos aos parlamentares e amigos. “Não poderia deixar de prestigiá-lo. Ele é um deputado exemplar, pela sua postura no plenário, nas comissões e na Mesa Diretora”, afirmou o senador Sérgio Cabral (PMDB).

Para o cientista político Carlos Eduardo Sarmento, coordenador da coleção, a edição recupera a história do parlamentar, que talvez tenha sido um dos primeiros a realizar uma mudança em sua trajetória de representante classista para líder de sua comunidade, o bairro de Irajá. “Suas reconduções ao poder mostram que o eleitorado se vê representado em seu mandato”, analisou Sarmento, que também buscou traçar, por outros políticos, o



Pedro Fernandes autografa a obra para sua filha, a vereadora do Rio Rosa Fernandes

perfil do deputado. “Ouvimos o senador Sérgio Cabral, os deputados federais pefelistas Laura Carneiro e Rodrigo Maia e sua herdeira política, a vereadora Rosa Fernandes (PFL), para falar dos seus 40 anos de vida política”, explicou.

Os deputados Aparecida Gama (PMDB) e Domingos Brazão (PMDB) destacaram o carinho que os funcionários da Alerj têm pelo parlamentar. Já para José Távora (PFL), o exemplo do decano deve se espalhar para todas as assembleias legislativas. “Pedro é um exemplo de ética e um patrimônio da Alerj”, afirmou

Távora. A filha do deputado, Rosa Fernandes, falou pelo pai ao agradecer a iniciativa: “Esta Casa é, para ele, a sua casa. Este é o caminho que ele sabe de cor, e que faz todos os dias. É o único lugar em que sei que ele está bem”.

A coleção *Conversando sobre Política*, do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, é uma parceria entre a Alerj e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. A próxima biografia será sobre o ex-governador Marcello Alencar.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

### PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:  
Heleneida Studart

2º Vice-presidente:  
José Távora

3º Vice-presidente:  
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:  
Fábio Silva

1º Secretária:  
Graça Matos

2º Secretário:  
Léo Vivas

3º Secretário:  
Marco Figueiredo

4º Secretária:  
Aparecida Gama

1º Suplente:  
Leandro Sampaio

2º Suplente:  
Eliana Ribeiro

3º Suplente:  
Nelson Gonçalves

4º Suplente:  
Acárisi ribeiro

### Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

### Coordenadora:

Fernanda Galvão

### Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

### Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Phelipe Cruz, Rony Maltz,

Thayssa Plum

### Diagramação:

Marcelo Frauches

### Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

### Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Triragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br) email: [dcs@alerj.rj.gov.br](mailto:dcs@alerj.rj.gov.br)

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

## FRASES DA SEMANA

“Um hospital que não tem condições de funcionar é colocado como referência no atendimento dos doentes de uma gripe aviária, se esta chegar ao Brasil.”

Paulo Pinheiro (PPS), sobre a indicação do Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião como referência no tratamento da gripe do frango pelo ministro da Saúde, Saraiva Felipe



“O combate ao racismo faz parte da luta do povo brasileiro. A luta contra o racismo passa pelas questões do dia-a-dia, rotineiras, como também pelas questões mais estratégicas, como a busca por emprego e segurança.”

Edmilson Valentim (PCdoB), sobre o Dia Nacional da Consciência Negra (20/11)

“Na hora de elaborar o Orçamento, vamos apenas fazer jogo de cena para nossos eleitores? Nenhum de nós está aqui para isso.”

José Bonifácio (PDT), exigindo seriedade na elaboração das emendas ao Orçamento de 2006

# Informação para acesso à Justiça

INICIATIVA GARANTE A DIVULGAÇÃO DE HORÁRIOS E LOCAIS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO

Augusto Carazza

GEIZA ROCHA

Informar para aproximar o cidadão do Poder Judiciário. Este é o objetivo do projeto de lei 350/03, do deputado Edmilson Valentim (PCdoB), que obriga a fixação de cartazes contendo os locais e horários de funcionamento da Defensoria Pública nas secretarias de estado, delegacias, escolas da rede de ensino público, no Tribunal de Justiça e nos meios de transporte coletivo. Segundo o parlamentar, criar a oportunidade de ter acesso às informações é um elemento de consolidação da democracia. “Os cartazes estarão disponíveis em locais onde as pessoas precisam de orientação e, às vezes, não sabem como acessá-las”, afirma Valentim.

Aprovado no último dia 9, o projeto foi comemorado pelo presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Adperj), Pedro Carriello, e pelo defensor público-geral, Marcelo Bustamante. “Esta iniciativa é resultado de várias conversas que tivemos com o deputado, e tem a finalidade de esclarecer à população sobre um dos direitos mais básicos do cidadão, que é o direito à justiça”, afirma Bustamante.

Na Alerj, a Defensoria Pública realiza atendimentos à população de segunda a quinta-feira, das 13h às 17h, na sala 117 do Palácio Tiradentes, responde às solicitações vindas por meio do Alô Alerj e presta atendimento em locais pré-agendados pelas comissões e pelos parlamentares da Casa. Por mês, cerca de 320 pessoas são atendidas. Além disso, o órgão também é parceiro da Casa em outras iniciativas, como mutirões organizados em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e o encaminhamento de casos registrados pelo Alô, Alerj (0800 22 00 08).

Em agosto, numa ação conjunta com a comissão, foram atendidos 158 presos na unidade da Polinter no Centro, em um único dia. O objetivo do presidente da comissão, deputado Geraldo Moreira (PMN), é libertar presos que já cumpriram pena. Durante a ação, os processos foram revistos e encaminhados à Justiça. “A Defensoria tem nos ajudado muito na busca da cidadania destas pessoas, sem



O autor do projeto, Edmilson Valentim, diz que a proposta visa a consolidar a democracia

## Parceria que resulta em conquistas

A parceria entre a Defensoria Pública e a Alerj vai das ações conjuntas com os deputados e setores da Casa, até a apreciação de projetos de lei. “Temos três projetos tramitando na Casa: o primeiro fixa no dia 30 a data de pagamento dos defensores; o segundo cria o Fundo Especial da Defensoria Pública, que dará maior independência administrativa à instituição, e o terceiro é uma emenda constitucional, apresentada pelos deputados Jorge Picciani (PMDB), Coronel Jairo (PSC) e Graça Matos (PMDB), que dá ao chefe institucional da Defensoria Pública o poder de enviar ao Legislativo mensagens sobre leis de criação

de cargos e planos de carreiras e salários”, cita o presidente da Adperj, Pedro Carriello.

Além dos projetos de lei que tramitam na Casa, sempre que é chamada a Assembléia Legislativa atua como interlocutora da instituição. Em junho, o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani, junto a uma comissão formada por diversos parlamentares, conseguiu cessar a greve dos defensores, ao agendar uma reunião deles com o secretário de Governo, Anthony Garotinho. “Esta foi mais uma ação conjunta entre nós, defensores, e o Legislativo. Já obtivemos algumas conquistas com esta parceria”, reconhece Carriello.

jamais se furtar a participar das ações que promovemos”, afirma o deputado. A ação continua, agora em outras unidades. “Já atendemos na Pavuna, Grajaú e em Duque de Caxias”, enumera a defensora pública Luzanilba Moreira.

A dona de casa Silvia de Almeida conheceu a Defensoria Pública por meio do Alô, Alerj. Moradora do Flamengo, Silvia entrou em contato com o serviço 0800 e recebeu uma orientação por carta da De-

fenensoria Pública. “Estávamos com um problema que me parecia insolúvel, uma vez que o síndico do prédio não prestava contas dos gastos. A partir das orientações, formamos uma comissão no prédio para convocar uma nova assembléia e lançar um novo candidato”, conta a dona de casa, que não conhecia o trabalho da Defensoria. “Agora sei que todas as vezes que precisar posso contar com este serviço”, comemora.

# Emendas trazem recursos para a ressocialização de presos

## Iniciativas visam a valorizar também os agentes penitenciários

FERNANDA GALVÃO E FRANCIANE LOVATI

**N**ovas vagas para o sistema socioeducativo do estado, incorporação de agentes de disciplina concursados, aumento de vagas na Polinter. As medidas, voltadas para a melhoria do sistema penal do Rio de Janeiro, fazem parte das preocupações dos deputados estaduais. Para tentar resolver parte dos problemas, os membros do Parlamento fluminense pretendem mexer no Orçamento de 2006. Emendas não vão faltar: cerca de R\$ 518 milhões serão destinados a esta área.

De acordo com a proposta enviada pelo Governo à Casa, estão destinados às áreas de Segurança Pública, Administração Penitenciária e Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) R\$ 2,53 bilhões, entre verbas para melhorias e custeio dos órgãos. Para o deputado Paulo Ramos (PDT), porém, a quantia não é suficiente. Entre as emendas que pretende apresentar está a que destina R\$ 3 milhões para a construção de uma nova unidade penitenciária, a fim de absorver os presos que estão na Polinter. “A idéia é que a unidade abrigue de 350 a 500 detentos. Analisamos quanto custa uma casa de custódia, comparamos com o preço de um presídio de segurança máxima, para verificar o quanto seria necessário para esta obra”, afirma o pedetista, que pretende, ainda, destinar recursos para a efetivação dos agentes penitenciários concursados, que não foram chamados.

Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, deputado Geraldo Moreira (PMN) pretende ir além. Sua assessoria informou que o parlamentar es-

pera apresentar emendas no total de R\$ 500 milhões, especialmente destinadas para o Degase e para a Secretaria estadual de Administração Penitenciária. O deputado pretende, principalmente, melhorar os equipamentos de ressocialização das unidades e valorizar o funcionalismo. “Vou apresentar emendas para melhorar a qualidade das escolas dentro de presídios, para o aumento salarial e para a qualificação dos funcionários do sistema prisional”, anuncia o deputado, que já esteve em três unidades do Degase, além de presídios dos complexos da Frei Caneca e de Bangu, e da Polinter, no Centro e na Pavuna. Parte do total de emendas do deputado irá para a valorização dos servidores destes setores.

O petista Alessandro Molon, por sua vez, quer interiorizar as unidades de internação do Degase. O deputado, que preside a Comissão especial de Políticas Públicas da Juventude, pretende apresentar emenda garantindo R\$ 10 milhões para a construção de cinco novas unidades de internação no interior do estado — de acordo com o órgão, as cinco unidades já existentes são localizadas na Região Metropolitana, apesar de 40% dos jovens atendidos serem do interior. “Isso é ruim, porque abala os vínculos familiares, essenciais para a ressocialização destes adolescentes. A idéia é garantir que o Degase cumpra a sua função, que é recuperar os jovens infratores”, diz o parlamentar, que em outubro realizou audiência pública para discutir o assunto.

Além disso, o deputado tenciona, ainda, destinar R\$ 500 mil para a criação de uma escola socioeducativa, voltada para o treinamento dos servidores do Degase; R\$ 350 mil para a implantação do programa de saúde do adolescente em conflito com a lei, R\$ 200 mil para a construção, reforma e reequipamento das unidades do órgão, R\$ 500 mil para um programa de atendimento às famílias dos menores assistidos e R\$ 5,2 milhões para reforçar

as verbas de manutenção e custeio do departamento. Molon espera o apoio da sociedade civil para garantir a inclusão destas emendas no texto final da proposta. “Vamos negociar os valores, garantir os recursos e blindar esta verba”, acrescenta ele.

O Degase pode receber, ainda, mais R\$ 4 milhões em emendas, que devem ser apresentadas pelo deputado Paulo Melo (PMDB). Presidente da Comissão especial do Disque-Criança, Paulo Melo quer investir na qualificação profissional dos jovens atendidos. “Temos que fazer com que os internos aprendam alguma coisa, façam cursos de capacitação. É necessário especializar esta mão-de-obra do futuro, que só sabe mexer em armas”, afirma. A idéia do deputado é reforçar iniciativas como as já existentes nos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (Criams), que atendem jovens em regime semi-aberto. As unidades oferecem cursos profissionalizantes e de informática, entre outros. O deputado tem intenção de reforçar também o caixa da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). “Estas instituições precisam ter o mínimo de condições para poder funcionar cada vez melhor”, acrescenta.





*No Criad de Nova Iguaçu, jovens desenvolvem atividades lúdicas: propostas de ressocialização devem ser incrementadas*

Mariana Magro



Rony Maltz



*Ao lado, jovens jogam bola no Instituto Padre Severino, unidade do Degase na Ilha do Governador. Acima, detentos em cela da Polinter: emendas para melhorar o sistema*

## ***Esforço conjunto para reestruturação***

Ao enviar sua proposta orçamentária à Casa, a governadora Rosinha Garotinho afirmou que o sistema prisional merece investimentos. “A reestruturação se torna premente, devendo objetivar não somente a melhoria e ampliação dos presídios, mas também a reintegração do detento”, disse Rosinha, antes de acrescentar que tais medidas necessitam do aporte de recursos da sociedade civil e do Governo federal, através de convênios. O secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, defende a interferência dos deputados, e afirma que a Alerj tem papel fundamental no sistema que dirige. “A melhoria do sistema, representada pelo fato de que não houve nenhuma rebelião nos últimos 18 meses, é resultado dessa atuação”, argumenta. Astério ajudou o deputado Geraldo Moreira a elaborar parte de suas emendas, enviando documentos e sugestões.

## EM DEBATE: O ESTADO DEVE GARANTIR CIRURGIAS DE LAQUEADURA DE TROMPAS?

## FLÁVIO BOLSONARO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PP

**Qualidade de vida**

Augusto Carazza

Os diversos problemas causados pela expansão demográfica desordenada são uma realidade brasileira e da quase totalidade dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

No Brasil, anualmente, nascem mais de três milhões de crianças, o que equivale a um Uruguai. Grande maioria está condenada a viver em condições de extrema pobreza,



devido à falta de possibilidades financeiras e culturais de seus pais, quando não são filhos de mãe solteiras.

Mantidas as atuais condições, é muito provável que, brevemente, enfrentemos dificuldades ainda maiores, no que se refere à saúde, à assistência médica, ao emprego, à habitação, à educação e à segurança, esta última causando reflexos negativos na sociedade como um todo. É oportuno ressaltar que pessoas com melhores níveis cultural e financeiro e, assim, com mais informações sobre o assunto, raramente têm prole numerosa e, quase sempre, usam os métodos de vasectomia e da laqueadura como controle de natalidade, uma vez que são seguros e definitivos.

Os mais pobres, seja por desinformação ou por falta de recursos financeiros, acabam tendo muitos filhos, em sua maioria não desejados ou planejados, os quais, com raríssimas exceções, já nascem condenados a viver na

***“Muitos já nascem condenados a viver na miséria com seus pais”***

miséria com seus pais e sem grandes perspectivas de vida digna.

O projeto de lei 1.700/04, de minha autoria, visa exatamente a garantir a gratuidade da laqueadura e da vasectomia

nos estabelecimentos de saúde vinculados ao estado. O objetivo é que aqueles que não têm condições de pagar por essa cirurgia possam contar com esse subsídio do estado, se assim desejarem.

No Rio de Janeiro, 50,1% dos nascidos vivos são de mães com idade inferior a 24 anos, em sua grande maioria mulheres humildes, que nessa faixa etária já estão com dois, três, ou até quatro filhos. É obrigação do estado fornecer meios para que os cidadãos determinem a quantidade de filhos que queiram ter, com condições de dar o mínimo de educação, saúde, higiene e qualidade de vida.

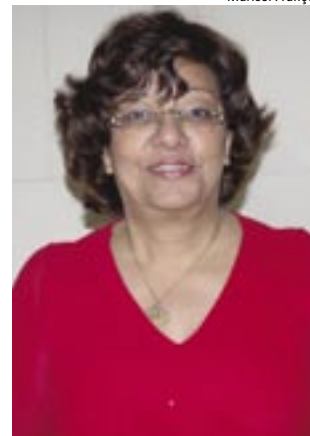
## WALDETH BRASIEL

DEPUTADA ESTADUAL PELO PL

**Planejamento familiar**

Marisol França

Os problemas causados pela explosão demográfica no Brasil constituem uma realidade acachapante, que acaba desaguando na porção mais pobre da sociedade, ou seja, os menos favorecidos financeiramente. E isto não é um péssimo exemplo apenas do Brasil: muitos países em desenvolvimento sofrem com este problema, sem falar nos mais pobres, os subdesenvolvidos, onde a renda per capita é muito baixa e o acesso aos meios contraceptivos e à educação para saúde é irrelevante.



Porém, mais do que a mera discussão econômica, a questão social faz-se mister dentre todas as outras, principalmente na visão da mulher: na maioria das vezes é ela quem arca com as responsabilidades econômicas e educacionais da família, tendo que fazer o possível para gerir a mesma, chegando, em casos de extrema pobreza, contra sua própria vontade, a abandonar seus filhos, dando-os para adoção.

Por inúmeros motivos a esterilização cirúrgica voluntária e gratuita nos estabelecimentos de saúde vinculados ao estado tem meu total apoio e reconhecimento. Tanto a laqueadura de trompas quanto a vasectomia são métodos muito eficazes no planejamento familiar. No primeiro caso, tem-se notícia de que 40% das mulheres brasileiras já recor-

***“Independente do vício de iniciativa, o projeto abre uma discussão válida”***

reram a este método, reflexo da crise econômica que vimos enfrentando. No caso da vasectomia, no Brasil é difícil precisar quantos foram os homens esterelizados por esta técnica. A maioria destes procedimen-

tos não é coberta por planos de saúde e, por isso, é realizada em consultórios, sem notificação ao Ministério da Saúde.

Não obstante, um parecer exarado pela Secretaria estadual de Saúde ao projeto de lei 1.700/04, do deputado Flávio Bolsonaro, que trata de matéria desta natureza, foi considerado como feridor da Lei federal 8.080/90 e NOB/1996, que estabelece a hierarquização da assistência à saúde dentre as diversas esferas de poder público. Mas, independente do vício de iniciativa que o projeto contenha, ele abre uma discussão válida. Sua implantação deve ser debatida por todas as esferas do Executivo, inclusive o federal.

# Tratamento de esgoto pode mudar

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DISCUTE PROJETO QUE ALTERA REGRAS PARA ESCOAMENTO DE DEJETOS EM ALTO-MAR



Dafne Capella

Carlos Minc e Noel de Carvalho assinaram emenda para aumentar recursos do Fecam

PHELIPE CRUZ

Apesar das mudanças feitas pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alerj ao projeto de lei 2.847/05, do deputado Noel de Carvalho (PMDB), se aprovado pela Casa, o projeto permitirá o lançamento de esgoto em alto-mar, antes da conclusão das obras da estação de tratamento do emissário submarino da Barra da Tijuca. Discutido em audiência pública no dia 18, o projeto do deputado modificava a lei que regulamenta os níveis de tratamento de esgoto sanitário.

Segundo o presidente da comissão, deputado Carlos Minc (PT), o primeiro parágrafo do projeto de lei alterava o conceito de tratamento primário de esgoto e teve que ser suprimido. No texto, a separação e a remoção da areia e dos sólidos em suspensão flutuantes já compreendia o tratamento primário completo. “Sou contra modificar o princípio de tratamento e jogar o esgoto em alto-mar sem a precaução e o tratamento adequados”, declarou Minc.

Segundo o deputado Noel de Carvalho, a decisão de jogar o esgoto sanitário em alto-mar sem aguardar o término das obras das estações de tratamento tem como objetivo evitar a degradação das lagoas que atualmente recebem os esgotos sem tratamento. “É mais fácil esperar que as estações fiquem prontas,

mas as nossas lagoas não podem mais receber 900 litros de esgoto por segundo. É um crime”, afirmou. Além das alterações feitas no projeto, os deputados Carlos Minc e Noel de Carvalho assinaram uma emenda conjunta que propõe um aumento no orçamento de 2006 de R\$ 100 milhões para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam). “A política de saneamento precisa de recursos. As obras de dragagem do Rio Paraíba do Sul e da Baía de Sepetiba precisam ser iniciadas logo. A audiência hoje é para chegarmos a um acordo”, disse Minc.

Segundo Adacto Ottoni, assessor de meio ambiente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), a decisão de despejar esgoto sanitário em alto-mar sem tratamento primário adequado não apresenta problemas de poluição. “Isto é valorizar a cadeia alimentar. É tecnicamente correto. O próprio mar já faz o tratamento do esgoto sanitário. Mas é importante que se garanta que o esgoto jogado não seja o industrial. E, para isso, é necessária uma supervisão”, afirmou. Para evitar o despejo de esgoto sanitário em alto-mar sem monitoramento, outra modificação foi feita no projeto de lei: um órgão de controle ambiental terá que supervisionar o processo.

## CURTAS

### APA Marapendi

O presidente da Comissão de Assuntos Municipais, deputado Paulo Ramos (PDT), autor do projeto de lei aprovado na Alerj que tomba a APA de Marapendi, realizou audiência pública no Fórum da Barra, no dia 17, para debater a construção de eco-resorts na área. Durante a discussão, que opôs ambientalistas e corretores de imóveis, o parlamentar esclareceu que o tombamento não será eterno, mas impedirá que sejam colocados em prática projetos de construção de hotéis no local.

### Defesa do consumidor

A Comissão de Defesa do Consumidor irá sugerir ao Governo federal a criação de um órgão fiscalizador para avaliar a qualidade e a durabilidade de aparelhos eletrodomésticos. A decisão foi tomada em audiência pública realizada no dia 16. Durante o debate, foi constatado que órgãos fiscalizadores, como o Inmetro, somente regulam a segurança que os produtos devem trazer ao consumidor. “O Inmetro tinha de ser responsável não só pela vida de quem compra uma geladeira, mas também pelo bolso do consumidor”, disse a presidente da comissão, deputada Cidinha Campos (PDT).

### Segurança alimentar

Um grupo de trabalho para propor soluções na área de segurança de alimentos foi criado no dia 16, durante a segunda audiência pública da Comissão de Segurança Alimentar, presidida pela deputada Andréia Zito (PSDB). A idéia consiste em reunir pessoas para discutir e apresentar propostas para solucionar os problemas da contaminação de alimentos. O grupo será composto por entidades como o Conselho de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro, do Conselho Regional de Nutrição e da Vigilância Sanitária do Rio.

## ENTREVISTA GEORGETTE VIDOR

DEPUTADA PELO PPS

*‘Somos uma Assembléia pioneira’*

THAYSSA PLUM

**C**riada em março de 2004, a Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência prioriza o diálogo com a população, pois a conscientização da sociedade seria capaz de garantir os direitos das pessoas com deficiência. É o que defende a presidente da comissão, deputada Georgette Vidor (PPS), orgulhosa das suas conquistas. A parlamentar afirma estar preocupada com a falta de dados sobre os portadores de deficiência. A resolução para este problema será o ônibus itinerante da comissão, que começará a circular em breve pelo estado, para identificar onde as pessoas com deficiência têm menos informação e menos qualidade de vida.



Augusto Carazza

**Como surgiu a idéia de criação da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência?**

Alguns parlamentares acreditam que a questão dos portadores de deficiência deva estar incluída em todas as comissões. Penso que o assunto deve ser abordado por todas as comissões, mas somente com uma comissão exclusiva para os portadores de deficiência podemos criar ações efetivas para essas pessoas. Fomos pioneiros, somos a primeira Assembléia Legislativa do País a dedicar uma comissão permanente exclusivamente à defesa da pessoa com deficiência.

**O certificado Acessibilidade Nota Dez, entregue pela comissão às empresas que atendem às necessidades das pessoas com deficiência, ajuda a conscientizar a população?**

Sem dúvida. Nós já premiamos desde grandes empresas até pequenos restaurantes. Esse certificado está mobilizando empreendimentos públicos e privados de todo o estado. Um exemplo é a Vale do Rio Doce, que está se preparando para que no próximo prêmio, em abril, receba o certificado. Esta foi a maneira que en-

contramos para conscientizar as empresas sobre este tema.

**O que é a cartilha de orientação “Acessibilidade para todos”?**

Esse talvez seja o grande documento da comissão. Fruto da parceria com o Núcleo Pró-Acesso da pós-graduação da Facul-

*“Hoje a questão da deficiência é muito mais conhecida e debatida”*

dade de Arquitetura da UFRJ, seu objetivo é orientar as empresas públicas e privadas que queiram tornar-se acessíveis a todos. Vou dar um exemplo. Eu, juntamente com o presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), e o presidente da Comissão de Turismo, deputado Glauco Lopes (PSDB), somos autores de uma lei que obriga todos os empreendimentos de interesse turístico dos municípios do estado a proverem acessibilidade a idosos e portadores de deficiência. A lei obriga e

a cartilha de orientação ajuda os empreendimentos turísticos a adaptarem-se, o que traz benefícios tanto para a empresa como para a pessoa com deficiência.

**Quais foram os avanços da comissão e o que vem pela frente?**

A comissão procura divulgar e dar informação, e hoje a questão da deficiência é muito mais conhecida e debatida. Temos, por exemplo, o programa Questão de Eficiência, na TV Alerj (canal 12 da Net), onde buscamos mostrar que as pessoas com deficiência podem ter uma vida normal e ter sucesso na sua vida profissional e afetiva. Nosso próximo passo será tornar o site da Alerj acessível às pessoas com deficiência visual. Além disso, teremos o ônibus da comissão, que tem o objetivo de nos levar a conhecer as pessoas com deficiência do interior do estado. Assim, faremos também um trabalho de informação para as prefeituras, e elas poderão criar ações que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas. Esse será, inclusive, o primeiro ônibus plano e com banheiro adaptado do Brasil, para que todas as pessoas com deficiência sejam atendidas sem dificuldade.